

**CONTRIBUTO PARA ASSEGURAR A QUALIDADE
PEDAGÓGICA EM EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
(3-6 ANOS) EM TEMPO DE COVID19**



As necessidades decorrentes da pandemia (COVID19) levaram a APEI a desenvolver um conjunto de iniciativas, que contaram com os contributos de educadores e investigadores e que visaram apoiar os educadores, as organizações e as famílias das crianças nas suas tomadas de decisão, relativas à reabertura das instituições de educação de infância. Este texto assume a mesma estrutura e integra alguns parágrafos do documento elaborado para a creche, por considerarmos que a ação dos profissionais de educação de infância se funda nos mesmos princípios pedagógicos e que os desafios que experimentam atualmente são idênticos. Importa, ainda, salientar que este documento segue a linha pedagógica dos fundamentos e princípios estabelecidos nas Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar.

Os jardins-de-infância e as creches são instituições para a infância, com responsabilidades na garantia dos direitos das crianças entre os 0 anos e a idade legal de ingresso no 1º ciclo do ensino básico e no apoio às suas famílias. Realçam-se os **direitos de proteção** (contra a discriminação, o abuso, a exploração, etc.), de **provisão** (saúde, educação, segurança social, cuidados físicos, vida familiar, recreio e cultura) e de **participação** (ser ouvida, ter acesso à informação, liberdade de expressão e opinião), que privilegiadamente se conjugam no direito a brincar, a ter experiências ricas e diversificadas e relações significativas com adultos e outras crianças.

As instituições de educação de infância e os seus profissionais têm, igualmente, uma centralidade na ecologia da infância, ao promover a articulação entre os contextos familiares e os contextos sociais, culturais e comunitários e entre os diversos setores da sociedade famílias (saúde, ação social, justiça, cultura, emprego, autarquias), com implicações diretas na vida das crianças e das suas, mobilizando de forma integrada os recursos necessários para garantir a sua qualidade.

Os educadores de infância são profissionais de educação, com elevada qualificação e compromisso social, sabendo e dando forma à articulação intrínseca entre o cuidar e o educar, enquanto identidade da educação de infância. Garantir as condições de higiene e segurança é hoje, mais do que antes, um compromisso dos educadores para com as crianças e suas famílias. A estes profissionais é pedido, neste momento de grande complexidade, um profissionalismo e discernimento especialmente exigentes, que requerem um autocuidado e os apoios necessários para que se sintam acompanhados.

Contudo, não podemos perder de vista que o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças se realizam na sua interação com as pessoas e com os materiais, o que evidencia o valor da educação enquanto processo social.

Importa reconhecer que a ação pedagógica dos educadores de infância assume uma **abordagem relacional e holística**, uma vez que a criança é considerada como um todo: corpo, mente, emoções, criatividade, história e identidade social. No contexto atual de pandemia, reconhecer estas interdependências constitui um novo desafio para os profissionais de educação de infância e, ao mesmo tempo, um momento de estímulo à sua ação reflexiva e à construção do pensamento crítico para que possam agir com intencionalidade ética.

Reconhecer que as **relações de confiança** entre os adultos e as crianças são potenciadas quando se estabelece uma interação face a face, quando as crianças têm oportunidade de comunicar as suas descobertas e sentimentos, recebendo o apoio sensível e constante dos adultos, o que implica a criação de momentos de proximidade. Mesmo numa situação particular como a que vivemos atualmente, o distanciamento físico entre adultos e crianças não é desejável, nem aconselhável. As crianças necessitam do vínculo com os adultos, o que significa segurar, comunicar e brincar de forma próxima e calorosa e de serem encorajados para perseguir os seus propósitos, o que implica criatividade na utilização dos artefactos (máscaras, aventais e luvas) exigidos atualmente pela contenção da pandemia.

Neste sentido, considera-se que o **espaço do jardim de infância** deve constituir-se como um lugar de bem-estar, de acolhimento, de interação socio emocional e de brincar. Um espaço de conforto que transpire segurança e que se afirme como lugar de pertença, de experiência, que garanta o desenvolvimento e a aprendizagem da criança. Um espaço que privilegie a relação das crianças com o exterior e com a natureza. Neste particular, somos sensíveis à redução do número de crianças por **grupo** e à utilização de espaços diferenciados.

Os educadores devem garantir que as interações se realizam em ambiente habilitador, onde as **experiências de aprendizagem** permitam à criança expressar-se através de múltiplas linguagens (dança, artes plásticas, música, literatura...). Devem privilegiar-se as interações das crianças com **os materiais**, optando por materiais naturais e/ou descartáveis, os que sejam facilmente higienizáveis e aqueles que, tendo um fim aberto, permitem às crianças criar, aprender e fruir. Apela-se, também, à manutenção de uma sequência diária previsível, onde as rotinas humanizadas se desenvolvam de forma tranquila e securizante.

Porque estamos no final do ano letivo, o processo de transição das crianças da educação pré-escolar para o 1º ciclo deverá ser, também, merecedor de particular atenção, pois sabemos que é uma experiência que reflete sempre alguma ansiedade e preocupação.

Estes princípios operacionalizam-se num conjunto de sugestões de ação para as famílias, as organizações, as equipas educativas e as crianças, das quais se dará conta na secção que se segue. Estas sugestões são perspectivadas no sentido da corresponsabilização entre os diferentes membros da comunidade educativa e sujeitas à reflexão e melhor adequação a cada contexto, tendo em conta a sua singularidade.

Às Direções

As direções são a representação motivacional e agregadora que a equipa educativa necessita para desempenhar o seu papel, na base da responsabilidade, disponibilidade e sentido de pertença. Cada direção deve proporcionar um conjunto de medidas e momentos formais de reconstrução da equipa educativa, depois desta fase de confinamento e afastamento da realidade profissional tal como era conhecida. Delegar com precisão e capacitar para a importância de que todas as pessoas fazem parte da solução, e não do problema, deve ser o foco.

Estratégias e propostas

- Zelar pelos direitos das crianças, prestar apoio às famílias, acompanhar a equipa de forma regular e próxima nos seus dilemas e desafios profissionais e necessidades pessoais (por exemplo, criar um momento inicial de contacto e esclarecimento das famílias, centrado numa base colaborativa e não prescritiva; organizar horários que permitam aos profissionais, em caso de necessidade, dar suporte às responsabilidades parentais; permitir o acolhimento, a título excepcional, de filhos de colaboradores que possam não ter resposta adequada; acautelar a saúde de profissionais em situação de vulnerabilidade,...);
- Agir numa atitude de máxima ponderação e diálogo com a equipa na decisão de divisão de grupos, tendo em conta cada caso concreto, de forma a privilegiar a ação educativa e a relação pedagógica com as crianças, sem prejuízo das linhas orientadoras de saúde e proteção civil (por exemplo, equacionar a mobilização de espaços não utilizados, privilegiando, sempre que possível, os espaços exteriores; dividir grupos ou reajustar horários de permanência; ajustar os recursos humanos à reorganização dos grupos, dos tempos e dos espaços; verificar o cumprimento das medidas de autoproteção,...);
- Confirmar todos os contactos relativos às crianças e aos profissionais, sensibilizando as equipas educativas e as famílias para a necessidade da sua atualização, se esta se verificar;

- Garantir todo o material necessário ao funcionamento, nomeadamente materiais de limpeza, higienização e equipamento de proteção individual (por exemplo: promover, sempre que possível e no cumprimento da regulamentação em vigor, a organização de procedimentos de higienização do vestuário das equipas e das crianças,...);
- Salvar o direito à especial proteção de funcionários pertencentes ou associados a grupos de risco, garantindo a coerência do rácio adulto-criança e a máxima qualidade pedagógica (por exemplo: reajustar funções que garantam o afastamento; manter teletrabalho,...);
- Garantir o bem-estar da equipa educativa nas suas múltiplas dimensões: física, psicológica, económica, social, emocional, institucional, ambiental e política (por exemplo: estabelecer parcerias com psicólogos, terapeutas, educadores sociais; promover acesso a grupos de partilha,...);
- Promover parcerias com entidades da comunidade envolvente para apoio à resolução de problemas concretos (por exemplo: com a autarquia, no acesso a espaços naturais para saídas ou fornecimento e construção de materiais; com as forças de segurança, na regulação de trânsito e estacionamento automóvel em zonas alternativas facilitadoras da tomada e largada de crianças ou no apoio às saídas das crianças; com as unidades locais de saúde, na formação ou encaminhamento de informação às famílias e à equipa educativa; com empresas locais que possam apoiar na construção ou aquisição de equipamentos; com a CPCJ, no apoio à comunidade educativa,...);
- Providenciar formas de se poderem realizar saídas ao exterior, criando condições articuladas para que tal aconteça (por exemplo: ao nível do transporte; assegurando circuitos seguros de passagem; encontrando espaços que possam ser utilizados de forma a não potenciar riscos acrescidos de contágio,...);
- Garantir informação e formação atualizadas, fornecidas pela tutela, bem como orientações para famílias, crianças e equipas educativas, por vias digitais ou outras alternativas;

- Equilibrar a sustentabilidade institucional com os valores de compromisso cívico e apoio social (por exemplo: ponderar a possibilidade de adequação das mensalidades às condições do serviço, atendendo à subsistência da instituição,...).

Às Equipas Educativas

A equipa educativa assume um papel fundamental na vida do jardim de infância. É gestora de relações e responsável por garantir a intencionalidade pedagógica nos diferentes momentos vivenciados, tendo presente o grupo e cada criança na sua individualidade, gerindo o tempo, organizando espaços e materiais e envolvendo toda a comunidade educativa e as famílias das crianças. Tendo em conta as OCEPE e conscientes do enorme desafio que é responder a todas estas dimensões em fase de emergência de saúde pública, os profissionais de educação de infância devem assumir que o seu compromisso deve ser, mais do que nunca, o de cumprir as suas funções com assertividade, responsabilidade, resiliência e competência.

Estratégias e propostas

- Observar o aconselhamento técnico transmitido pela Direção-Geral da Saúde. O uso de máscara é recomendado. No entanto, as equipas educativas devem criar dinâmicas pedagógicas prévias em relação ao uso de máscaras, visto que estas podem constituir um obstáculo à comunicação (por exemplo: em videoconferências, começar a mostrar as máscaras – ou outro equipamento utilizado – e explicar às crianças a importância e a razão da sua utilização; divulgar vídeos explicativos sobre as novas formas de organização e de funcionamento do espaço e dos equipamentos de proteção dos profissionais; articular com as famílias o apoio socioemocional das crianças, por forma a garantir a sua melhor compreensão do fenómeno e o esclarecimento de possíveis questões,...);
- Promover momentos que facilitem o contacto visual global, a leitura das expressões familiares às crianças, aliviando, com garantia do devido distanciamento de segurança e das normas de manuseamento, em determinados momentos do dia, o uso deste equipamento (por exemplo: quando se conta uma história; no espaço exterior,...);

- Garantir que, caso sejam utilizadas estratégias para criar empatia nas crianças com o EPI (Equipamento de Proteção Individual), este deve manter a sua função de proteção;
- Estar particularmente atento, observar e escutar as crianças, os seus receios, as suas sugestões, as suas questões face à atual situação, promovendo momentos que ajudem a clarificar e a desmistificar (por exemplo: desenvolver projetos; momentos de partilha e conversa individual ou em grupo, dinamização de histórias adequadas ao tema,...), tendo o cuidado de não centrar neste tema as vivências das crianças, dando lugar a outros assuntos e interesses/experiências;
- Envolver as crianças no cumprimento das “novas” regras de higienização, de etiqueta respiratória e de distanciamento físico (o possível), como parte integrante e natural das suas rotinas (por exemplo: explicar naturalmente “como”, “quando” e “porquê”; exemplificar,...);
- Usar roupas confortáveis e de fácil higienização, exclusivas para o uso no jardim de infância, providenciando mudas completas suplentes que, caso seja necessário, devem ser trocadas e colocadas em saco próprio para a devida higienização (a 60º), no final de cada jornada de trabalho, reconhecendo que o uso de batas não descartáveis pode aumentar o risco de contágio (por exemplo: usar *t-shirt*, *sweatshirt* e calças desportivas,...);
- Evitar o uso de joias e acessórios que dificultem a higienização (principalmente das mãos) e que possam ser foco de contágio;
- Incluir um espaço de tempo pessoal para se equipar e privilegiar o autocuidado antes de iniciar e depois de terminar a jornada laboral;
- Realizar momentos de reflexão, formação e autoformação adequadas a cada contexto, para que os vários elementos da equipa educativa tenham oportunidade de partilhar as suas experiências ou angústias e, de forma cooperada, encontrar estratégias e soluções para melhorar a vida no jardim de infância (por exemplo: reuniões no espaço exterior; um “passeio” reflexivo pelos espaços; encontros virtuais, internos e externos,...);
- Transmitir todos os procedimentos de forma simples, esclarecedora e tranquilizante às famílias, promovendo momentos securizantes para a criança e um clima otimista e realista, mas encorajador e favorável às mesmas, facilitando procedimentos e formas

- de comunicação assertiva e empática, adequadas às necessidades de cada uma (por exemplo: assumindo a possibilidade de risco, mas informando todas as formas praticadas de contenção; informando acerca de possíveis sintomas a que devem dar atenção; esclarecendo dúvidas, preferencialmente, via telefone ou canais digitais,...);
- Privilegiar, logo que possível, o contacto com as famílias à porta da sala, *hall* de entrada ou outro espaço contíguo às instalações, mantendo as devidas medidas de segurança acauteladas pela Direção-Geral de Saúde, possibilitando que a articulação possa ser veiculada ou complementada via telefone ou canais digitais;
 - Criar instrumentos pedagógicos que facilitem o processo de planeamento do regresso da criança (por exemplo: vídeos explicativos, apresentações de diapositivos, *e-mail* ou conversas telefónicas que elucidem e capacitem as famílias para os procedimentos adotados, mostrando o circuito a percorrer e o modo de circulação no espaço envolvente ou como acondicionar pertences indispensáveis,...);
 - Apoiar a criança no regresso ao jardim de infância, encarando este momento como um período de adaptação (por exemplo: respeitar os momentos de despedida adulto-criança; promover a partilha de memórias das famílias em tempo de quarentena ou de produções realizadas em casa; autorizar, caso se justifique, a permanência de um objeto securizante,...);
 - Intencionalizar e atribuir significado ao reencontro das crianças, valorizando a dimensão relacional entre pares, dignificando as culturas da infância (por exemplo, nas dinâmicas criança-criança, potenciar a partilha de vivências em família, visitar acontecimentos vividos pelo grupo,...);

A equipa educativa é responsável pela organização do **ambiente educativo**, que deve ser sempre pensado e planeado tendo em conta o contexto e, neste tempo concreto, a situação de pandemia que vivemos. Ao nível do **tempo**, do **espaço** e dos **materiais**, num processo de observação e reflexão sobre a realidade, deve ser feito um planeamento que garanta a maior segurança, tanto das **crianças** como da equipa educativa, devendo ter-se particular atenção à limpeza e desinfeção de espaços e materiais.

Espaço:

- Acautelar os circuitos de circulação interna, bem como eventuais espaços a incluir dentro da sala, como a zona de mudas (se aplicável) ou a zona de alimentação, sempre de modo a garantir a permanência segura dentro da sala, evitando cruzamentos com outros grupos;
- Prever momentos vários, ao longo do dia, de exploração e descoberta no espaço exterior, calculando, em planta institucional, quais os espaços que cada grupo pode usar, para que sejam salvaguardadas as devidas distâncias físicas e os tempos para procedimentos de desinfeção de cada local (por exemplo: utilização por turnos , com tempo de desinfeção entre utilizações; utilização exclusiva de diferentes espaços pelos grupos,...);
- Criar zonas de circulação o mais amplas possível para que as crianças possam ocupar o espaço livremente sem estarem confinadas a espaços apertados e exíguos. O espaço exterior deve ser tido como estratégia fundamental para facilitar a adaptação, sendo, por si só, mais seguro e mais estimulante (deve lembrar-se que o tempo que antecedeu este regresso foi de confinamento e, em certos casos, de verdadeiro isolamento e condicionamento de estímulos diversos, nomeadamente os naturais).

Materiais

- Verificar, controlar e desinfetar os materiais, consoante a utilização;
- Assegurar a rotatividade de materiais e a desinfeção entre utilizações (por exemplo: dividir a totalidade dos materiais em conjuntos de menor quantidade, a utilizar interpoladamente, de modo a garantir a sua devida lavagem e secagem,...);
- Retirar da sala ou condicionar a utilização de materiais de difícil higienização (por exemplo: peluches, brinquedos em tecido, livros, jogos que não permitam higienização,...);
- Retirar materiais de uso supérfluo ou em número excessivo;
- Privilegiar a utilização de materiais de uso único, descartáveis e biodegradáveis, materiais de fim aberto facilmente higienizáveis e materiais naturais que não constituam perigo acrescido de contaminação;

- Construir ou adquirir equipamentos que ajudem a contornar alguns constrangimentos ao nível do distanciamento físico (por exemplo: se existir um momento de repouso, no caso de não ser possível o distanciamento sugerido dos catres, podem ser construídos separadores – moldura e pés em madeira com a aplicação de plástico ou acrílico ou adquirir acrílicos específicos para o efeito – que possam, inclusive, ser usados para outros fins, como a pintura a pares em espelho, pintura com lama no exterior, fantocheiro, exploração de diferentes efeitos visuais como a cor ou a sombra,...);
- Observar criteriosamente as normas de higiene, de alimentação e de repouso, tendo em consideração a maximização do distanciamento físico possível e uma higienização mais escrupulosa (por exemplo: pedir às famílias que levem as crianças com roupas cómodas e práticas, com um par de calçado e chapéu de sol para manter na instituição e com todos os pertences necessários ao seu bem-estar e cuidado; levar um número limitado de crianças ao WC; supervisionar os momentos de higiene; exemplificar a forma correta de lavar as mãos; distanciar as mesas do refeitório e, sempre que possível, sentar as crianças nos lugares mais afastados entre si; utilizar o espaço exterior para a alimentação ou repouso; se aplicável e possível, manter uma sala dedicada ao repouso, excluindo a necessidade de empilhar catres ou de colocar as roupas pessoais em sacos de plástico fechados,...).

Tempo

- Equacionar a melhor forma de organizar o grupo, mantendo diferentes momentos de interação: de grande grupo, em pequenos grupos ou individual;
- Refletir sobre e organizar cautelosamente a rotina diária, para que se possam cumprir as regras estabelecidas, também em relação aos circuitos de circulação ou à utilização dos espaços comuns, nomeadamente os espaços exteriores;
- Planear os diferentes momentos da rotina, considerando os necessários a garantir os procedimentos de limpeza intermédios e de arejamento (por exemplo: limpeza da sala, no tempo de exterior; limpeza do WC, no tempo do repouso,...);
- Reforçar o princípio de que a prática privilegiada no jardim de infância deve assentar no reconhecimento e valorização do brincar como direito, rejeitando práticas padronizadas e processos escolarizantes;

- Não obstante a situação que vivemos, não deve ser excluída a possibilidade de saídas ao exterior da instituição. Existem espaços que poderão ser utilizados, em articulação com entidades locais e cumprindo as regras de segurança e saúde, quer para exercício ao ar livre quer para explorações e aprendizagens diversas (hortas, jardins, matas, museus, teatro, cinema, concertos, campos de ténis, ringues de patinagem,...);
- Articular com as famílias para que as crianças permaneçam o tempo estritamente necessário na instituição (por exemplo: durante o período de adaptação deve ser pensada a possibilidade de o mesmo ser feito gradualmente,...).

O planeamento refletido e contextualizado destes momentos é fundamental para que a equipa educativa consiga encontrar estratégias que transmitam calma e segurança à criança e possam, simultaneamente, ser momentos estimulantes ao nível da relação, aprendizagem e desenvolvimento.

Às Crianças

Em tempos de transição no regresso das crianças ao jardim de infância, é necessário continuar a dialogar, defender e a garantir os seus direitos. Assumir uma perspetiva educativa e pedagógica, que considera a criança mais além da sua função de filha/o e de aprendiz, que valoriza o que diz e faz, os seus saberes, valores e competências, não só é necessário mas também é urgente. Considerar as crianças como atores sociais, dotadas de pensamento reflexivo e crítico; como seres inteligentes, social e culturalmente competentes e com capacidades de realização, dotadas de emoções à luz das suas próprias evidências e vivências; como membros da comunidade, implica que a sua ação, vez e voz se considerem no quotidiano do jardim de infância.

Estratégias e propostas

- Compreender e participar na construção das “novas” regras de higienização, de etiqueta respiratória e de distanciamento físico (possível), como parte integrante das suas rotinas;
- Cuidar de si e das outras crianças, cumprindo e colaborando com colegas no respeito destas “novas” regras;
- Fazer-se ouvir quanto aos seus receios, dúvidas, expectativas e propostas;
- Ser progressivamente autónoma (por exemplo: calçar-se, vestir-se, alimentar-se,...)
- Participar no planeamento e organização dos espaços, tempos e materiais (por exemplo: seleção de materiais, adequação de áreas, definição de regras, regulação e autorregulação na participação em tempos de pequenos grupos,...)
- Escolher, decidir e reivindicar o direito a brincar (por exemplo: participação em reuniões de planeamento, decidir sobre a rotina diária, formas de fazer, estar e interagir,...)

Às Famílias

As famílias são as primeiras educadoras das crianças e parte integrante do processo educativo. Uma relação saudável e participativa entre o jardim de infância e a família é basilar e de importância maior nesta fase de responsabilidade e proteção acrescidas, sendo fundamental cooperar e dialogar no sentido de responder às necessidades de todos, mas fundamentalmente das crianças, aceitando as novas orientações de funcionamento extraordinário do jardim de infância.

Estratégias e propostas

- Privilegiar o bem-estar da criança, acordando com a equipa educativa um horário e um calendário semanal que permitam reduzir, no jardim de infância, tanto quanto possível, o rácio adulto-criança, diminuindo potencialmente os riscos de contágio (por exemplo: definir com cada família horários de estrita necessidade ou os dias de frequência,...);
- Delinear, previamente, com a equipa educativa, um conjunto de medidas adequadas para que o acolhimento e a despedida de cada criança se realize de forma serena e acompanhada de reforço oral de ambas as partes, de quem se despede e de quem acolhe (por exemplo: combinar entradas e saídas desfasadas, mantendo as distâncias de segurança, mas sempre acompanhadas pelo familiar responsável, em comunicação com o profissional, respeitando a importância da saudação e da despedida,...);
- Dialogar com a criança sobre o COVID19, esclarecendo dúvidas e enquadrando pedagogicamente a necessidade dos equipamentos de proteção individual nas rotinas familiares e a necessidade de adotar algumas medidas de etiqueta respiratória e de higiene;
- Acautelar, via telefone ou outra forma de comunicação, a entrada e saída da criança e familiar responsável, de forma a garantir a utilização correta e desfasada dos circuitos de circulação previamente preparados (por exemplo: solicitar que as

famílias aguardem no exterior do edifício, pela autorização de passagem segura, respeitando as indicações de circulação,...);

- Articular com a equipa educativa procedimentos e esclarecimentos de dúvidas relativas à criança, garantindo a sua participação no processo de decisão (por exemplo: horários, pertences, rotinas,...);
- Reduzir ao essencial a quantidade de acessórios pessoais, materiais de conforto, vestuário, fraldas e produtos de higiene ou lanches e reforços alimentares (ou alimentação específica se necessário) de cada criança e, numa fase tão prévia quanto possível, estruturar a sua gestão com a equipa educativa;
- Caso se aplique e em diálogo com a equipa educativa, seleccionar um objeto de regulação e consolo, preferencialmente que seja possível ter em duplicado (casa/jardim de infância) ou que seja de fácil higienização;
- Informar a equipa educativa acerca de possíveis atualizações de contactos e doenças da criança e/ou de familiares;
- Tentar articular as dinâmicas familiares e profissionais de modo a permitir a frequência da criança pelo tempo estritamente necessário (por exemplo: período letivo,...);
- Precaver exclusividade nas entradas e saídas da criança do jardim de infância, sendo estas feitas por apenas um familiar e, preferencialmente, o mesmo todos os dias, diminuindo potencialmente os contactos presenciais e possíveis riscos.

Só tendo como base sólida a defesa dos direitos da criança, uma abordagem relacional e holística e o estabelecimento de relações de confiança - traduzidos na organização sensível do espaço e do tempo – potenciaremos contextos de bem-estar, desenvolvimento e aprendizagem de todas as crianças, famílias, profissionais e comunidade na Educação de Infância.

PARTICIPARAM NA ELABORAÇÃO DESTE CONTRIBUTO

- Catarina Tomás - Escola Superior de Educação de Lisboa e CICS.NOVA
- Cristina Mesquita, Escola Superior de Educação & Centro de Investigação em Educação Básica, Instituto Politécnico de Bragança
- Diogo Veríssimo Guerreiro, Educador de Infância, Associação Escola Aberta, Beja
- Fátima Aresta, Centro de Actividade de Évora, Delegada Regional do Alentejo da APEI
- Isabel Barros – Educadora de Infância, AE Diogo Cão, Vila Real - Delegada Local de Vila Real da APEI
- Maria Conceição Bracons – Presidente da Mesa da Assembleia da APEI
- Maria Teresa de Matos - Educadora de Infância - Agrupamento de Escolas Daniel Sampaio
- Susana Alves Alberto, Projeto Grupos Aprender, Brincar, Crescer - Génios & Traquinas
- Vera Luís - CSP da Igreja Nova, CSPIN Mafra
- Maria Helena Horta – Universidade do Algarve, Delegada Regional do Algarve da APEI
- Joana Freitas-Luís - Delegada Regional do Centro – APEI - Educadora de Infância, Associação Vozes da Infância: Identidade, Saber, Compromisso
- Sara Barros Araújo - Escola Superior de Educação do Porto
- Teresa Vasconcelos - educadora de infância – ESE de Lisboa
- Rosa Montez, Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano, Santarém – ESE de Santarém – Delegada Local de Santarém da APEI
- Liliana Marques – APEI
- Conceição Cerqueira, Educadora de Infância, Mestrado em Educação, Subdiretora AE de Monte da Ola (TEIP) - APEI (Viana do Castelo)
- Teresa Sarmento - Universidade do Minho
- Cristina Parente - Universidade do Minho
- Fátima Vieira - Universidade do Minho
- Emília Vilarinho - Universidade do Minho
- Manuela Ferreira - FPCE-UP / CIIE
- Tiago Almeida - Escola Superior de Educação de Lisboa - IPL / CIE - ISPA, IU
- Clara Craveiro - Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti / CieED – ULHT
- Ana Artur - Universidade de Évora-CIEP
- Alexandra Marques - Fundação Aga Khan Portugal
- Andreia Furtado - Fundação Aga Khan Portugal
- Mónica Brazinha – Vogal do Conselho Fiscal da APEI - Fundação Aga Khan Portugal
- Maria Assunção Folque - Universidade de Évora / CIEP-EU
- Anabela Faria - Presidente da Equipa de Coordenação Regional de Intervenção Precoce
- Maria Manuela de Sousa Matos - Escola Superior de Educação de Setúbal/IPS
- Céu Velez, Diretora do Centro de Formação da APEI
- Ana Azevedo, Delegada Regional do Norte da APEI
- Ana Teresa Brito, Fundação Brazelton Gomes-Pedro, ESE Maria Ulrich
- Ana Isabel Santos, Universidade dos Açores- NICA
- Luís Ribeiro – Presidente da APEI
- Carmo Góis – Delegada Regional da Madeira da APEI
- Andreia Carvalho – Fundação Bissaya Barreto - Delegada Local de Coimbra
- Ana Pedrosa – Delegada Local de Leiria da APEI
- Maria Goretti Caldeira – Presidente do Conselho Fiscal da APEI
- Andreia Lima – Delegada Local de Braga da APEI
- Anabela Penas – Delegada Local de Chaves da APEI
- Maria José Infante – Delegada Local de Castelo Branco – ESE Castelo Branco
- Maria João Cardona – ESE/IP de Santarém
- Sara Fernandes – Delegada Local de Aveiro da APEI
- Ana Carvalho – Delegada Local de Viseu da APEI
- Mónica Prates – Delegada Local de Portalegre da APEI
- Ana Paula Marreiro – Delegada Local de Faro da APEI
- Luísa Pereira – Delegada Local da Madeira da APEI
- Mais de três centenas de educadores que, através das redes sociais, foram dando o seu contributo para a sugestão de estratégias às famílias, equipas educativas e direções das instituições